



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18

Telefone:

Email:

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

CONTAS DE PREFEITO

INTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68/2020

(E ALTERAÇÕES INSTRUÇÕES NORMATIVAS N° 73, 79/2021; 081, 83, 89/2022; E 092/2023 - PORTARIAS NORMATIVAS N° 008, 029, 034, 041, 049, 050, 055, 035, 081, 088/2021; 005, 028, 029, 030, 035, 040, 042, 054, 059, 060, 063, 070, 071, 072, 074, 076, 077, 080, 082, 084, 089, 090/2022; 005, 033, 036, 041, 042, 043, 045, 048, 049, 053, 055, 056, 057, 062, 065, 066, 071, 075, 079, 081, 085, 086/2023; 004, 006, 026, 034/2024)

RELOCI PREFEITURA MUNICIPAL CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18

Telefone:

Email:

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTA ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO

Emitente: Unidade Central do Controle Interno

Entidade:

Gestor Responsável: Marcos Coutinho Sant'Aguida o Nascimento

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1 - INTRODUÇÃO

Observando o disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar N° 101/2000 - LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

1.2 - PONTOS DE CONTROLE SELECIONADOS PARA ANÁLISES

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo
1.3.Gestão patrimonial					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Contas de Governo Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Contas de Governo Contas Poderes
-------	--	-----------------------	---	---	---

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Contas de Governo
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:

Email:

1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.10	Despesas com pessoal – limite – prudencial vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:	Contas de Governo Contas de Poderes
				I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;	Contas de Governo Contas de Poderes
				II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Contas de Governo Contas de Poderes
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Conta da UG Câmara Municipal
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Contas de Governo (Prefeitura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conformidade (revisão analítica)	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Contas de Governos
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Conformidade (revisão analítica)	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Contas de Governos

1.3 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

O relatório consolidado evidencia os resultados alcançados pela Administração Pública Municipal, no exercício de 2024, das contas dos Poderes Executivo e Legislativo, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município de -, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PLANEJAMENTO:

PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual do Município de Ponto Belo/ES, para os exercícios financeiros de 2022/2025, foi aprovado pela Lei nº 637, de 30 de novembro de 2021.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2024 foi aprovada pela nº 702, de 16 de outubro de 2023.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A LOA foi aprovada, através da Lei Municipal nº 704, de 20 de dezembro de 2023 que estimou a receita na ordem de R\$ 46.123.643,99 e fixou a despesa de igual valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita prevista para o exercício de compõe-se de R\$ de Receitas Correntes, já deduzido o FUNDEB e de R\$ de Receitas de Capital.

A Receita Orçamentária Fiscal arrecadada do exercício, já deduzido o FUNDEB, foi de R\$, conforme mostra a tabela abaixo:

Detalhamento	Orçada atualizada	Arrecadada	Diferenças
			Para (+) Para (-)
Receitas Correntes	R\$ 47.400.875,00	R\$ 51.952.802,25	R\$ 4.551.927,25
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	R\$ 1.970.375,00	R\$ 2.510.856,18	R\$ 540.481,18
Receita de Contribuições	R\$ 740.000,00	R\$ 831.233,79	R\$ 91.233,79
Receita Patrimonial	R\$ 1.631.266,7	R\$ 796.465,64	(R\$ 834.801,06)
Receita de Serviços	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	(3.000,00)
Transferências Correntes	R\$ 43.003.712,22	R\$ 41.834.310,87	(R\$ 1.169.401,35)
Outras Receitas Correntes	R\$ 12.000,00	R\$ 407.716,48	395.719,48
(-) Dedução do FUNDEB	(R\$ 6.163.125,00)	(R\$ 5.572.219,29)	(R\$ 590.905,71)
TOTAL RCL	R\$ 41.237.228,92	R\$ 46.380.582,96	R\$ 5.143.354,04
Receitas de Capital	R\$ 16.210.331,88	R\$ 14.031.896,92	R\$ 2.178.434,96
Operações de Crédito	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	(R\$ 3.000,00)
Alienação de Bens	R\$ 204.222,47	R\$ 1.105.900,00	R\$ 901.677,53
Transferências de Capital	R\$ 16.003.109,41	R\$ 12.925.996,92	(R\$ 3.077.112,49)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 57.447.560,80	R\$ 60.412.479,88	R\$ 7.321.789,00

2.1.1 - COMPARATIVO BIMESTRAL DE ARRECADAÇÃO

<u>Período</u>	<u>Valor Médio Previsto (R\$)</u>	<u>Realizada (R\$)</u>	<u>(Diferença R\$)</u>
1º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 8.420.536,79	(R\$ 49.027.024,01)
2º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 19.969.410,20	(R\$ 37.478.150,60)
3º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 30.169.071,27	(R\$ 27.278.489,53)
4º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 40.006.573,43	(R\$ 17.440.987,37)
5º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 46.824.707,63	(R\$ 10.622.853,17)
6º Bimestre	R\$ 57.447.560,80	R\$ 60.412.479,88	R\$ 7.321.789,00

2.2 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Apresentaremos a seguir uma análise detalhada das Despesas Orçamentárias realizadas, focando na avaliação interna. Esta análise busca fornecer uma compreensão abrangente dos gastos incorridos durante o período em questão.

Com o objetivo de examinar minuciosamente cada categoria de despesa, identificando áreas de eficiência e oportunidades de otimização.

Ao fazê-lo, buscamos destacar padrões de gastos, identificar possíveis desvios em relação ao planejado e avaliar a eficácia dos processos internos de controle de despesas. Essa análise interna é crucial para orientar decisões futuras, visando aprimorar a gestão financeira e maximizar o uso dos recursos disponíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18

Telefone:

Email:

3 - CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

O Município teve um valor total de R\$ 15.195.430,89 de Créditos Adicionais Suplementares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18
Email:

Telefone:

3.1 - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	45.013.996,49	42.525.232,92	42.519.707,02	42.514.948,89
DESPESAS DE CAPITAL	16.572.521,78	16.261.217,33	16.142.994,11	16.142.994,11
TOTAL	61.586.518,27	58.786.450,25	58.662.701,13	58.657.943,00

3.2 - DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.328.614,11	22.714.093,35	22.714.093,35	22.712.286,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.675.382,38	19.811.139,57	19.805.613,67	19.802.662,06
INVESTIMENTOS	16.572.521,78	16.261.217,33	16.142.994,11	16.142.994,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	61.586.518,27	58.786.450,25	58.662.701,13	58.657.943,00

7 - LIMITES

7.1 - APLICAÇÃO NAS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Com a promulgação da Emenda Constitucional N° 29, de 13 de setembro de 2000, ficou garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo município nas ações de serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

produto da arrecadação de impostos e transferências.

VALOR DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$ 6.047.406,16
VALOR APLICADO	R\$ 1.227.299,62
PERCENTUAL APLICADO	20,29%

O município aplicou no exercício de 2024 o percentual de 20,29% conforme tabela acima.

7.2 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

7.2.1 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Total Despesas para Fins de Limite	R\$ 8.359.369,61
Total das Receitas de Impostos e Trans. Const. e Legais	R\$ 31.819.865,82
Despesa com MDE	R\$ 3.292.796,44
Total Destinado ao FUNDEB	R\$ 5.572.219,29
Deduções MDE	R\$ 505.646,12
Limite Fiscal Aplicado	26,27%

Os gastos do Governo Municipal com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme definido no art. 212 da Constituição Federal e no art. 69 da Lei 9394/1996, corresponderam a 26,27% da receita Arrecadada de Impostos, Transferências Constitucionais e Legais.

7.2.2 - FUNDEB

Em cumprimento ao dispositivo Constitucional, tais gastos, no exercício de 2024, incluindo todos os projetos e atividades que se enquadram nesta classificação, atingiram o percentual de 83,74%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

7.2.3 - DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADO

A Lei Complementar N° 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu art. 20, inciso III, alínea "b", que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54% (cinquenta e quatro por cento), entretanto, os poderes de forma consolidada aplicaram da Receita Corrente Líquida Ajustada, de acordo com o Anexo I da RGF/LRF.

Despesa Pessoal Liquidada Executivo	21.048.109,60
Limite Fiscal Executivo	45,38%
Despesa Pessoal Liquidada Legislativo	1.042.244,68
Limite Fiscal Legislativo	2,25%
Receita Corrente Líquida (RCL)	46.380.582,96
Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada	46.380.582,96
Despesa Liquidada Consolidada	22.090.354,28
Limite Fiscal Consolidado	47,63%

8 - REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO, CONFORME ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi repassado ao Poder Legislativo a importância de R\$ **1.500.000,00**, provenientes das Receitas Tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e os art. 158 e 159 da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

Constituição Federal, arrecadadas no exercício anterior, conforme estabelecido no art. 29-A da constituição, visto que o valor orçado pela Câmara Municipal ficou abaixo do limite legal.

Foram realizadas Devoluções do Duodécimo do poder Legislativo ao Poder Executivo no valor de 457,02, no decorrer do exercício de 2024.

9 - GESTÃO PATRIMONIAL

A análise consiste em evidenciar a situação patrimonial do ente, ou seja, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos) e das obrigações (passivos), permitindo aferir desta forma a situação econômica e financeira do patrimônio público.

A situação patrimonial do Município de estar assim demonstrada:

Especificação	Valor R\$	Especificação	Valor R\$
Ativo Circulante	12.089.180,22	Passivo Circulante	509.663,13
Ativo Não Circulante	72.502.772,59	Passivo Não Circulante	2.606.503,73
Patrimônio Líquido			81.475.785,95
Total	84.591.952,81	Total	84.591.952,81

A movimentação registrada nas contas contábeis evidenciadas no Balanço Patrimonial entre o Ativo e o Passivo resultou no saldo patrimonial de R\$ 19.427.812,17.

11- GESTÃO FISCAL E ORÇAMENTÁRIA - (LRF)

11.1 - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativos aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

11.2 - Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida:

Descrição	Valor R\$
Dívida Consolidada	R\$ 2.606.503,73
Deduções	R\$ 9.988.516,68
Dívida Consolidada Líquida	(R\$ 7.382.012,95)
RCL AJUSTADA	R\$ 46.380.582,96
% da DC sobre a RCL	5,62%
% da DCL sobre a RCL	(15,92%)

16 - DECLARAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Eu, Marcos Coutinho Sant'Aguida o Nascimento, gestor responsável pela execução financeira e orçamentária desta entidade emito, sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, firmando que tomei conhecimento das conclusões nelas contidas.

Prefeito(a) Municipal de Ponto Belo

17 - PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de acompanhou as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18 Telefone:
Email:

Execuções Orçamentárias, Financeiras, Patrimoniais, Administrativas e Operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros fornecidos pelo Controlador e pelo Sistema Operacional, que deram origem às mesmas, para então, emitir o parecer para as contas do exercício de .

Acompanhou-se forma prévia, concomitante e subsequente de todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção das informações adequadas, à promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações/ determinações expedidas por este sistema de Controle Interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento de algumas delas e outras ainda por serem cumpridas.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31/12/2024, correspondendo ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, Demonstrativo de Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativos de Gasto com Pessoal, Demonstrativo de Gastos nas Ações de Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo dos Limites d Repasses ao Poder Legislativo, Parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos e demais demonstrações contábeis.

Ponto Belo/ES, 14 de Março de 2024.